



História da Educação

ISSN: 1414-3518

ISSN: 2236-3459

Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em
História da Educação

Conceição, Joaquim Tavares da
PENSÕES E ENXOVAIS: INVESTIMENTOS FAMILIARES COM A INSTRUÇÃO
EM INTERNATOS NA CORTE IMPERIAL DO RIO DE JANEIRO (SÉCULO XIX)

História da Educação, vol. 23, e81016, 2019

Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação

DOI: 10.1590/2236-3459/81016

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321661047>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UABM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Artigo

PENSÕES E ENXOVAIS: INVESTIMENTOS FAMILIARES COM A INSTRUÇÃO EM INTERNATOS NA CORTE IMPERIAL DO RIO DE JANEIRO (SÉCULO XIX)

Joaquim Tavares da Conceição¹

RESUMO

Este artigo é uma abordagem histórica a respeito dos investimentos de famílias para o ingresso e estada de seus filhos e filhas nos internatos particulares da Corte Imperial do Rio de Janeiro (XIX). A educação dispensada nos internatos constituía-se em privilégio de classes ou de posições sociais de famílias abastadas, segmentos que podiam fazer face aos dispêndios do internato. O investimento das famílias com o internamento de seus filhos correspondia principalmente ao pagamento da mensalidade ou pensão (alimentação e alojamento), preparação do enxoval e pagamento pelo uso de utensílios do internato. O investimento com a educação nos internatos era uma estratégia de reprodução para as classes ricas e médias, de manutenção de posição social e das expectativas que depositavam nas futuras gerações.

Palavras-chave: enxovais, educação, internatos, história, pensões.

¹ Universidade Federal de Sergipe (UFS), Aracaju/SE, Brasil.

PENSIONES Y AJUARES: INVERSIONES FAMILIARES CON LA INSTRUCCIÓN EN INTERNADOS EN LA CORTE IMPERIAL DEL RÍO DE JANEIRO (SÉCULO XIX)

RESUMEN

Este artículo es un enfoque histórico con respecto a las inversiones de las familias para el ingreso y estancia de sus hijos e hijas en los internados de la Corte Imperial de Río de Janeiro (XIX). La educación dispensada en los internados se constituía en privilegio de clases o de posiciones sociales de familias acomodadas, segmentos que podían hacer frente a los desembolsos del internado. La inversión de las familias con el ingreso de sus hijos correspondía principalmente al pago de la mensualidad o pensión (alimentación y alojamiento), preparación del ajuar y pago por el uso de utensilios del internado. La inversión con la educación en los internados era una estrategia de reproducción para las clases ricas y medianas, de mantenimiento de posición social y de las expectativas que depositaban en las futuras generaciones.

Palabras clave: ajuares, educación, internados, historia, pensiones.

TUITIONS AND OUTFITS: FAMILY INVESTMENTS WITH INSTRUCTION IN BOARDING SCHOOLS AT IMPERIAL COURT IN RIO DE JANEIRO (XIX CENTURY)

ABSTRACT

This article is a historical approach about the family's investments for entry and stay of their sons and daughters in boarding schools at the Imperial Court of Rio de Janeiro (XIX). The education provided in boarding constituted in privilege of some social classes or social positions of wealthy families, segments that could meet the boarding school expenditures. Family investment with the internment of their children corresponded mainly to the payment of tuition or board (food and lodging), outfit preparation and payment for the use of boarding utensils. Investment in education in boarding schools was a reproduction strategy by the wealthy classes for keeping social position and expectations laid on future generations.

Keywords: outfit, education, boarding schools, history, tuition.

PENSIONS ET TROUSSEAUX: INVESTISSEMENTS FAMILIAL AVEC INSTRUCTION INTERNATS DANS LA COUR IMPÉRIALE DE RIO DE JANEIRO (19 SIECLE)

RÉSUMÉ

Cet article est une approche historique concernant les investissements des familles pour l'admission et le séjour de leurs fils et filles dans les pensionnats de la Cour Impériale de Rio de Janeiro (XIX). L'éducation dispensée dans les pensionnats constituait un privilège de classes ou de positions sociales de familles aisées, segments qui pouvaient faire face aux dépenses

d'internat. L'investissement des familles à l'hospitalisation de leurs enfants correspondait principalement au paiement du mensuel ou de la pension (nourriture et logement), à la préparation du trousseau et au paiement de l'usage des ustensiles de pensionnat. L'investissement dans l'éducation des pensionnats était une stratégie de reproduction pour les classes riches et moyennes, le maintien de la position sociale et les attentes qu'ils placent sur les générations futures.

Mots-clés: trousseaux, éducation, internats, histoire, pensions.

INTRODUÇÃO

Este artigo é uma abordagem historiográfica a respeito de investimentos realizados por famílias de elites econômicas para o ingresso e estada de seus filhos e filhas em colégios-internatos particulares localizados na Corte Imperial do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. A escrita resultou de pesquisa documental em que foram catalogadas e utilizadas como fontes notícias e/ou propagandas publicadas em jornais e/ou almanaques, teses médicas, relatórios governamentais e escritos literários.

A investigação foi efetivada analisando e efetuando os cruzamentos entre as informações e indícios encontrados nas fontes históricas manejadas. O interesse foi por uma história descontínua, procurando ler e compreender as informações que os agentes escolheram para anotar, deixando de lado a noção de falso ou verdadeiro, pois “[...] o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores” (LE GOFF, 2013, p. 485), entendendo também que o documento histórico é repleto de significados e interesses, devendo ser analisado como um monumento no sentido de que todo documento é uma “montagem” que deve ser esquadrinhado pelo historiador para entender a “imagem” que os agentes históricos quiseram nele representar.

As particularidades e contexto de produção de cada documento foram levados em consideração e, a partir da heurística do conjunto documental levantado, foi possível questionar a respeito dos custos com o internamento escolar e grupos sociais que faziam uso desse modelo ou forma de organização escolar. O interesse foi por um “texto manuseado” pelo uso de fontes e referências, buscando o estabelecimento de fatos e explicações possíveis (PROST, 2014).

Na segunda metade do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro, além de

sua importância política por ser a capital do Império, tornava-se igualmente atrativa pelas possibilidades de estabelecimentos de instrução secundária e superior, sobretudo a Faculdade de Medicina. Para a Corte Imperial afluíam estudantes pertencentes a importantes famílias de diversas províncias do Império, os quais passavam a residir nos internatos da capital durante os anos de sua formação intelectual. Assim, os colégios-internatos particulares² cresciam e se consolidavam na cidade em todo o século XIX, e, embora muitas vezes acusados de funcionarem em desacordo com a higiene física e moral (CONCEIÇÃO, 2012, 2017; GONDRA, 2004), os diretores-proprietários desses estabelecimentos divulgavam às famílias, da Corte e das províncias, comodidades e condições apropriadas de organização e funcionamento dos seus estabelecimentos (CONCEIÇÃO, 2013).

Nos anos de 1850, na sua Exposição sobre o estado das aulas públicas de instrução secundária, e dos colégios e escolas particulares da Capital do Império (1851), Justiniano José da Rocha (1812-1862), afirmava existir muitos colégios e/ou oferta de instrução particulares, que não era possível determinar com precisão a quantidade, dizia ele: “[...] quem quer que pode por quaisquer meios reunir meia dúzia de meninos, arvora-se em educar a mocidade, e dali tira um lucro que, embora insignificante, de sobejo compensa o seu trabalho” (ROCHA, 1851). Já no ano 1855, os registros oficiais informavam a existência de 97 estabelecimentos, com um total de 4.490 alunos matriculados, sendo 51 estabelecimentos para o sexo masculino e 46 para o feminino (FERRAZ, 1855). E, no ano de 1874, eram 114 estabelecimentos, sendo 49 dedicados ao ensino primário, 64 para ambos os níveis de ensino e quatro colégios que somente ministravam aulas do ensino secundário (MELLO, 1875).

Muitos desses estabelecimentos ou colégios particulares eram pequenos internatos, que funcionavam como um negócio familiar, localizados na

² O Colégio de Pedro II, criado pelo governo imperial em 1837, também recebia estudantes na condição internos com a cobrança de pensões. Os custos com o pagamento de pensões e a exigência de enxoval, determinavam o ingresso no internato desse estabelecimento de um público, em sua maioria, formado por estudantes pertencentes às elites econômicas e políticas da Corte e de províncias do Império (GONDRA; SCHUELER, 2008).

residência do proprietário, atendendo a um pequeno número de alunos internos, que viviam em comum com a família do diretor-proprietário. Também existiam grandes colégios-internatos, especialmente os estabelecimentos confessionais católicos, como o Colégio Episcopal S. Pedro de Alcântara, dirigido pelo cônego José Mendes de Paiva e seus irmãos, que anunciava sua capacidade para receber até duzentos e cinquenta alunos (internos, semi-internos e externos); o Colégio Imaculada Conceição, fundado em 1854 pela Associação de S. Vicente de Paulo, dirigido pela irmã Saugére e 32 irmãs de caridade na condição de professoras, tinha, no ano de 1871, 230 alunas pensionistas (FIGUEIREDO, 1872). Igualmente, o Colégio Vitória, do conselheiro Adolpho Manoel Vitória da Costa, era um grande internato com até 100 alunos internos nas primeiras décadas de 1870 (LAEMMERT, 1872).

Nos colégios-internatos particulares da Corte Imperial do Rio de Janeiro eram internados os filhos e filhas de grandes proprietários rurais, comerciantes e industriários, funcionários públicos graduados, profissionais liberais de destaque procedentes da própria cidade, do interior da Província do Rio de Janeiro e de outras províncias do Império. Das províncias saíam muitos moços ou até crianças para estudarem como pensionistas nesses colégios. O Colégio Abílio da Corte foi um internato que se destacou pelo recebimento de um grande número de alunos de diversas províncias do Império (SAUER, 1886, p. 18). O pensador Alberto Torres (1865-1917), em sua obra *O problema nacional brasileiro*, publicada originalmente em 1914, comenta sobre a atração que a Corte Imperial exercia sobre as províncias do Império, sobretudo esse costume das elites provinciais de enviarem seus filhos para os internatos: “Em nosso país [...] se diria regulado para submeter as populações à ditadura mental da Corte [...] O primeiro cuidado dos pais, a quem sorria a fortuna, era mandar os filhos para os internatos da cidade (TORRES, 1938, p. 75).

Estabelecimentos e/ou professores da instrução particular da Corte Imperial do Rio de Janeiro também ofereciam ensino de primeiras letras para estudantes pobres, subvencionados pelo poder público (LIMEIRA, 2010).

Contudo, esse tipo de atendimento não garantia a utilização do regime de internato e nem o desfrute das comodidades oferecidas pelos colégios-internatos (CONCEIÇÃO, 2012).

A figura do “correspondente” era uma solução encontrada pelos proprietários dos colégios-internatos do Rio de Janeiro para os acertos com famílias de alunos internos procedentes de fora da cidade ou de outras províncias. Em anúncio publicado no ano de 1876, Maria de Oliveira Fernandes, diretora do Colégio Brasileiro de Meninas, informava aos interessados que: “Todas as alunas deverão ter, na corte, um correspondente responsável pelo pronto pagamento das contas do colégio” (CARDOSO, 1876, p. 632). As ricas famílias das províncias podiam nomear correspondente, pois mantinham relações comerciais e/ou familiares com outras famílias e/ou agentes comerciais radicados no Rio de Janeiro. Como informa Gilberto Freyre, comissários do açúcar e do café muitas vezes fizeram as vezes dos senhores de engenho ou dos barões do café perante os internatos das capitais (FREYRE, 2005). Entretanto, com o intuito de facilitar a atração de alunos, alguns estabelecimentos flexibilizavam a garantia dessa terceira pessoa, anunciando que o colégio se encarregava dos pensionistas do interior cujos pais não tivessem correspondentes na corte (HARING, 1869).

O investimento das famílias com o internamento escolar de seus filhos e filhas, além de redes de relações sociais que muitas vezes precisavam manter com a capital do Império, envolvia gastos com o pagamento da mensalidade ou pensão (alimentação e alojamento), aquisição de enxoval, serviços oferecidos pelos internatos e despesas eventuais. Esse investimento é compreendido como uma estratégia de reprodução das classes³ ricas, visando a manutenção de posição social e das expectativas que depositavam nas futuras gerações

³ Utiliza-se a noção de classe segundo o conceito de Thompson (1987, p. 9): “A classe é uma relação e não uma coisa [...] Ela não existe para ter um interesse ou uma consciência ideal [...] É um fenômeno histórico. Não vejo classe como uma estrutura, [...] mas como algo que ocorre efetivamente e cuja ocorrência pode ser demonstrada nas relações humanas. A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) aos seus”.

(BOURDIEU, 1996). Era uma situação em que a criança, o adolescente ou o jovem apresentava-se como objeto de investimento familiar. Segundo Michelle Perrot (2009), analisando o caso francês, esse “[...] duplo movimento percorre as relações entre pais e filhos do século XIX. De um lado, um investimento crescente no filho, futuro da família, muitas vezes extremamente coercitivo” (p. 147).

PENSÕES COBRADOS PELOS INTERNATOS

Em geral, os colégios-internatos particulares anunciavam que recebiam alunos na condição de internos (pensionistas), semi-internos (meio-pensionistas) e externos. Era designado aluno interno aquele que estava dentro, habitando na mesma casa, nas dependências do colégio, recebendo cama e comida (pensionato) e a instrução. Os alunos meio-pensionistas recebiam a instrução e uma ou duas refeições (meia-pensão), conforme o contrato; e os externos, que somente recebiam a instrução. Situação apontada pelo médico João da Matta Machado em sua tese médica defendida em 1875: “Dois sistemas diversos são adotados na educação da mocidade: os meninos, ou residem nos colégios – internatos, ou somente frequentam as aulas durante o dia, retirando-se à tarde para a casa paterna – externatos” (MACHADO, 1875, p. 25).

Em 1850, apresentando ao Governo Imperial o relatório do estado da instrução na cidade do Rio de Janeiro, Justiniano José da Rocha considerou como um defeito da instrução particular os colégios receberem alunos tanto na condição de internos como de externos e semi-internos.

Facilmente se compreende que essa confusão, essa promiscuidade é sumamente nociva. Não há internato regular, se o contato com os externos facilita aos internos meios de infringir a disciplina colegial. Por outro lado, devem as lições regular-se pela distribuição das horas de estudo dos internos, e o externo que perde um tempo considerável, as não poderá acompanhar, ou, para as que acompanhe, serão elas

mais pequenas, e o interno perderá um tempo que cumpre aproveitar.
(ROCHA, 1851, p. 5).

Entretanto, muitos colégios-internatos (masculinos e femininos), considerando a influência nociva do contato dos alunos internos com os externos – diga-se de propósito uma ideia também presente no discurso médico-higiênico (CUNHA, 1854) –, somente admitiam alunos na condição de pensionistas ou meio-pensionistas. Neste sentido, o anúncio do Colégio Ateneu Fluminense, reconhecendo que o contato de alunos externos com os internos afetava “[...] gravemente a educação moral destes, apesar do desfalque em seus interesses, suprimiu o diretor o externato, conservando só a classe de meio-pensionistas pertencentes a famílias conhecidas” (LAEMMERT, 1872, p. 447).

Também eram comuns colégios, sobretudo os femininos, que somente recebiam alunas na condição de internas. No Colégio Brasileiro de Meninas, a diretora avisava aos interessados que o estabelecimento, como internato, não podia admitir alunas externas. Frisava ainda a diretora que esta decisão, embora oposta aos interesses pecuniários do estabelecimento, era adotada pela diretora como uma demonstração do esforço por uma educação diligente às pensionistas, “[...] que lhe forem confiadas, educação que é mais difícil conseguir, quando os conselhos e bons exemplos de quem dela se encarrega são neutralizados pelo contato permanente das mesmas pensionistas com pessoas estranhas ao colégio” (LAEMMERT, 1872, p. 447).

Para manter um estudante na condição de interno ou pensionista em um colégio-internato da Capital do Império, tomando como referência o ano de 1870, e a depender do estabelecimento escolhido, era necessário um investimento que podia variar de 480\$000 a 540\$000 réis anuais, pagos em parcelas trimestrais. Nos internatos femininos, o valor da pensão ficava em torno de 440\$000 a 540\$000 réis anuais. Nos valores das pensões, estavam incluídos a alimentação, aposentos e o ensino. A Tabela 1 a seguir informa preços de mensalidades para as categorias de pensionista (interno), meio-pensionista (semi-interno) e externos, em alguns colégios-internatos do Rio de

Janeiro, no ano de 1870. Os exemplos indicados ajudam a compreender as diferenças de gastos, sobretudo o maior investimento ou custo superior para manter o aluno na condição de interno, e possibilitam estabelecer comparações entre os valores pagos por cada categoria de aluno.

Tabela 1 - Valores de pensões de Colégios-Internatos do Rio de Janeiro (1870).

INTERNATOS	PREÇO ANUAL (réis)		
INTERNATOS MASCULINOS	PENSIONISTA	MEIO-PENSIONISTA	EXTERNO
Vitório	540\$000	100\$000	96\$000
S. Francisco de Paula	480\$000	320\$000	120\$000
Pinheiro	560\$000	300\$000	180\$000
S. Luiz	540\$000	300\$000	144\$000
Ateneu Fluminense	520\$000	240\$000	---
Santo Agostinho	600\$000	360\$000	200\$000
Moreira	560\$000	300\$000	180\$000
INTERNATOS FEMININOS	PENSIONISTA	MEIO-PENSIONISTA	EXTERNA
Baronesa de Geslin	480\$000	240\$000	144\$000
Imaculada Conceição	460\$000	---	---
Brasileiro	480\$000	---	---
Franco-Brasileiro	520\$000	240\$000	120\$000
Botafogo	540\$000	---	---
Mrs. Tootal	480\$000	240\$000	---
Mrs. Hitchings	540\$000	---	---

Fonte: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial, 1870.

Os valores apresentados no quadro anterior incluíam, em qualquer das três condições, para as meninas, o ensino de primeiras letras e “trabalhos manuais”⁴ e, para os meninos, o ensino de primeiras letras ou disciplinas do

⁴ Também denominadas de prendas domésticas, ou seja, costura, bordados, crochê, tapeçaria, flores de diversas qualidades, trabalhos de cera, de miçanga, de couro, entre outras. “Essas atividades visavam à preparação das meninas para futuras esposas e mães, como também

ensino secundário. A principal diferença entre o valor das pensões entre internatos masculinos e femininos era basicamente o ensino secundário ou as matérias preparatórias para as faculdades, oferecidas somente nos primeiros e, neste caso, elevando o valor da pensão. Igualmente, observa-se que a diferença entre um aluno pensionista e um meio-pensionista, em alguns colégios, podia ser quase cinco vezes maior do que o valor daquele em relação a este. A diferença de preço das pensões entre os internatos masculinos podia chegar a 120\$000 réis anuais, e nos internatos femininos esse valor chegava a 80\$000 réis.

Também influenciavam nos valores das pensões cobradas pelos internatos o reconhecimento social do estabelecimento – resultante do bom desempenho escolar de seus alunos nos exames preparatórios para as Faculdades do Império –, o capital social do diretor-proprietário do estabelecimento, as referências sociais dos professores e as próprias condições específicas do internato (localização e espaço do estabelecimento, aposentos, alimentação e atividades extras disponibilizadas).

A alimentação, incluída no valor da pensão, consistia no principal item determinante para a definição do preço das mensalidades. Apesar da má fama atribuída à alimentação servida nos internatos – como podem ser percebidas em representações médicas (GOMES, 1852; MACHADO, 1875) e em escritos literários (MACEDO, 2005; POMPEIA, 2001) – os diretores-proprietários dos colégios-internatos da Corte garantiam aos interessados condições satisfatórias para os comensais. A exemplo do anúncio do Colégio Franco-Brasileiro: “[...] uma alimentação substancial, variada e abundante, concorrerá ainda para a saúde e bem-estar das meninas” (LAEMMERT, 1875, p. 598). A diretora do Colégio Emulação da Juventude garantia que a alimentação das meninas, comum a professores e diretora, era servida na mesma hora e no mesmo refeitório e que eram as próprias alunas que se serviam da porção de que

eram entendidas como educação física, capazes de manter a saúde e aperfeiçoar o corpo”. (CONCEIÇÃO, 2012, p. 160).

precisavam e desejavam, sob a inspeção da diretora (HARING, 1868). O mesmo dito do Colégio Pedro de Alcântara: “O sustendo dos alunos, comum a professores e diretores à mesma hora e no mesmo refeitório, é sadio e abundante. São eles próprios que se servem da porção que precisam e lhes apraz [...]” (LAEMMERT, 1864, p. 445). O anúncio do Colégio Vitório, provavelmente mais realista, dizia que a alimentação era sadia, abundante e variada, tanto quanto podia ser a de qualquer estabelecimento de habitação coletiva, na Corte ou fora dela (CARDOSO, 1880).

Entretanto, o médico João da Matta Machado, como resultado das visitas que realizou aos internatos localizados na cidade do Rio de Janeiro a fim de coletar informações para a escrita de sua tese doutoral, afirmava que, nos colégios do Rio de Janeiro, a alimentação era invariável e insuficiente, e os alimentos eram tão mal preparados que os meninos não sentiam prazer nas horas da refeição. Neste aspecto, dizia ele: “Comem é verdade com voracidade, mas quantas vezes até com repugnância? É um fato vulgarmente conhecido a má *digestibilidade* das iguarias mal preparadas e que por isso são ingeridas com desgosto. ” (MACHADO, 1875, p. 43). Ainda, segundo ele, nos internatos da Corte do Rio de Janeiro, o almoço consistia em chá e café com pão ou rosca. Em alguns estabelecimentos era servido no almoço o leite misturado ao chá ou ao café. Mas o leite servido era tão falsificado e em tão pequena quantidade, que não podia ser considerado como alimento e por isso não satisfazia “as exigências da nutrição” (MACHADO, 1875, p. 80).

No século XIX e mesmo no início do século XX, era designada de almoço a primeira refeição do dia, servida entre 7 e 8 horas da manhã, consistindo basicamente em café, leite e pão. O jantar era a segunda refeição do dia, usualmente feita ao princípio da tarde, composta de alimentos substanciais como sopa, legumes, carne, arroz e frutas. A refeição da noite era denominada de ceia, em que usualmente eram servidos os alimentos leves, a exemplo de sopa de arroz, chá e pão ou somente esses dois últimos. No ano de 1855 o médico José Bonifácio Caldeira de Andrada Junior recomendava que fossem servidas

nos internatos aos pensionistas três refeições em horas fixas e determinadas, sendo divididas da seguinte forma “[...] o almoço às 8 horas da manhã, o jantar à 1 da tarde, e 5 ou 6 horas depois a ceia, que só constará de chá com pão [...]” (ANDRADA JR., 1855, p. 22).

A respeito dos horários em que eram servidas as refeições, o escritor sergipano Gilberto Amado, em suas memórias, na passagem do século XIX para o século XX, registrou que o jantar a esse tempo acontecia às duas horas da tarde. A ceia era servida à noite e consistia em chá com pão, bolos, banana assada, banana frita, fatias de parida, arroz doce, aipim, inhame. “[...] Carne só uma vez por dia. Mesmo em Aracaju e na Bahia era assim. Só em Pernambuco, quando lá cheguei em 1905, é que vi pela primeira vez jantar como hoje, de noite” (AMADO, 1999, p. 31). Igualmente, Gilberto Freyre informa que no século XIX o jantar ocorria em horários “[...] que variavam entre as duas e as quatro da tarde. Consistia geralmente no caldo de substância, na carne assada ou cozida, no pirão escaldado, no molho de malagueta. Bebida, quase que era só água [...]” (FREYRE, 2003, p. 226). Designações culturais também evidenciadas na cultura francesa do século XIX: “Os horários das refeições se alteraram no decorrer do século XIX. O ‘pequeno almoço’ ou ‘café da manhã’ se toma ao levantar” (MARTIN-FUGIER, 2009, p. 186).

Também estavam incluídos no valor da pensão os serviços de asseio e cuidados com o corpo e a saúde dos internos. Estes serviços eram amplamente divulgados e presentes nos anúncios dos internatos, como o destacado pelo Colégio S. Francisco de Paulo, dirigido pelos padres Joaquim Ferreira da Cruz Belmonte e Francisco Ignácio de Christo: “O asseio e limpeza do corpo e vestiário dos alunos, todas as atenções e cuidados com estes, quer no seu estado normal de saúde, quer em casos de enfermidade, merecerão especial desvelo” (HARING, 869, p. 449). O asseio do corpo incluía o banho, normalmente coletivo, e sob a vigilância constante de censores. De costume, os meninos tomavam banho vestidos de ceroulas e as meninas com vestidos para banho, evitando expor o corpo aos respectivos companheiros. Alguns internatos

anunciavam, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, que possuíam banheiros equipados com água encanada, quente ou fria, e chuveiros (LAEMMERT, 1874). Os banhos, quanto ao local, eram denominados de domiciliares, de rio e de mar. Quanto à forma podiam ser banhos gerais e abluções ou banhos parciais (rosto, pescoço e braços). Quanto à temperatura da água, tais banhos podiam ser frios, mornos ou quentes. Destes o primeiro era o mais recomendado para os internos de colégio: “Nos internatos do Brasil, onde o inverno não é rigoroso, os banhos frios de tanque ou de rio deverão ser preferidos, qualquer que seja a estação [...]” (MACHADO, 1875, p. 42).

Como salienta Alain Corbin (2009): regras severas regulavam “[...] a prática do banho conforme o sexo, a idade, o temperamento e a profissão. A preocupação de evitar a languidez, a complacência, o olhar para si, na verdade a masturbação, limita a extensão de tais práticas” (p. 414). Nesse sentido, os médicos prescreviam, no caso dos banhos gerais ou completos, para que estes não fossem empregados durante a fadiga do corpo e logo após as refeições, e que fosse observada uma duração máxima de 15 minutos a meia hora. Quanto à periodicidade, os banhos gerais domiciliares deveriam ser empregados duas vezes por semana na estação quente e uma no inverno. As abluções ou banhos parciais recomendava-se serem tomados todos os dias pela manhã e à noite (ANDRADA JR., 1855).

Os internatos localizados nos arrabaldes⁵ da cidade do Rio de Janeiro também destacavam as facilidades de banhos de mar para os pensionistas, pois estavam localizados próximo a praias limpas (LAEMMERT, 1871). Em 1884, o Colégio Suíço-Brasileiro fazia anunciar que se alguma interna precisasse de banhos de mar tinha a melhor ocasião de tomá-los porque o estabelecimento estava próximo do mar (SAUER, 1884). Do mesmo modo, o Colégio de S. Luiz,

⁵ Uma descrição dos arrabaldes da cidade do Rio de Janeiro na década de 1860: “Quase todos os arrabaldes do Rio de Janeiro se acham edificadas ao longo das praias. Há assim a praia de Botafogo, a praia de São Cristóvão, a praia de São Domingos e uma dúzia ainda de outras. Tudo isso forma ainda os arrabaldes do Rio, situados à beira-mar ou fazendo face às margens da baía; e como é de bom-tom para certa classe da sociedade viver fora da cidade, as casas e os jardins desses arrabaldes são quase sempre atraentes” (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 98).

situado na Ponta do Caju, “[...] sob tão agradável clima, preferido e aconselhado por distintos facultativos às pessoas convalescentes [...]” (CARDOSO, 1876, p. 626), avisava estar equipado com banheiros de chuva e de mar nos fundos da própria chácara. O uso do banho de mar, segundo os médicos, era conveniente seja por suas qualidades terapêuticas, seja como meio de recreação; e quando acompanhado da natação, tornava-se também um bom exercício físico (MELLO, 1846; SÁ, 1850). Igualmente, o banho de mar era recomendado pelos médicos para tratar a debilidade geral provocada pela prática da masturbação (CONCEIÇÃO, 2015).

OUTROS SERVIÇOS E BENS DISPONIBILIZADOS PELOS INTERNATOS

No valor da pensão dos internos (pensionistas) não estavam incluídos determinados serviços e/ou bens costumeiramente disponibilizados pelos internatos. Assim, eram pagos em separado quantia para o uso de alguns utensílios, os serviços de lavagem e gomagem de roupas, eventuais gastos com médico e remédio e as férias passadas no internato para estudantes que, principalmente por motivo de distância, não podiam retornar para suas casas. Em seguida, na Tabela 2, são apresentados os preços cobrados por alguns colégios-internatos para os serviços citados.

Tabela 2 - Valores cobrados por internatos – lavagem de roupas, valor de entrada e férias de Natal.

INTERNATOS MASCULINOS	LAVAGEM DE ROUPAS (MENSAL)	OBJETOS (VALOR NA ENTRADA)	FÉRIAS DE NATAL
Vitório	8\$000	---	---
S. Luiz	8\$000	40\$000	---
Perseverança	8\$000	40\$000	---
Santo Agostinho	8\$000	30\$000	---
Moreira	8\$000	30\$000	---

INTERNATOS FEMININOS	LAVAGEM DE ROUPAS (MENSAL)	OBJETOS (VALOR NA ENTRADA)	FÉRIAS DE NATAL
Baronesa de Geslin	10\$000	30\$000	---
Imaculada Conceição	8\$000	35\$000	---
Brasileiro	8\$000	30\$000	---
Franco-Brasileiro	12\$000	35\$000	40\$000
Mrs. Tootal	8\$000	30\$000	30\$000

Fonte: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial, 1870.

Os “objetos” disponibilizados eram a cama, colchões, colcha, travesseiros, lavatório, material da sala de banho, bacias, copos e talheres. No Colégio de meninas fundado pela Baronesa de Geslin era cobrado 25\$000 pelo uso do colchão, leito de ferro, travesseiro, material da sala de banho, que pertenciam ao estabelecimento (HARING, 1862). Em outros internatos, alguns dos objetos descritos deviam ser adquiridos pela família como itens integrantes do enxoval do pensionista. Neste caso, os diretores dos internatos avisavam que quando o interno deixasse o estabelecimento levaria consigo os respectivos objetos. Entre outros exemplos, o anúncio do Colégio de Meninas dirigido pelas senhoras francesas⁶ Tanière e Tootal avisava aos interessados que toda “[...] pensionista que se retirar do colégio levará o seu colchão e travesseiro” (LAEMMERT, 1864, p. 451).

Dentre esses objetos destacavam-se a cama de ferro e o colchão de palha. Em certos estabelecimentos, como no Colégio Imaculada Conceição, as meninas podiam repousar em um colchão de crina de cavalo se os pais preferissem e quisessem pagar por essa comodidade (LAEMMERT, 1871). O Colégio Santa Cruz prometia, além do leito de ferro, um cortinado (LAEMMERT, 1852). O Colégio de Meninas das senhoras Tanière e Charnay

⁶ Mulheres estrangeiras atuavam em colégios-internatos na condição de diretoras-proprietárias e/ou professoras. Nesse sentido, a madame Tanière, diretora-proprietária de um colégio de meninas, informava aos interessados ter chegado ao Brasil “[...] já provida de todos os seus diplomas da França, pois tinha dirigido um colégio seu em Paris por nove anos” (HARING, 1868, p. 443).

avisava aos interessados que o estabelecimento fornecia “[...] a cada pensionista uma cama de ferro, um colchão e travesseiro, um talher e um lavatório pela quantia de 30\$000” (LAEMMERT, 1872, p. 436).

Os colégios ainda podiam fornecer aos pensionistas, mediante pagamento extra, letras e partituras de músicas, papel, penas, tintas, pedra, lápis, cadernos, livros, preparos de bordados ou desenhos. Contudo, alguns colégios informavam em seus anúncios que o “[...] consumo de papel, penas e lápis [...]” já estavam incluídos no valor da pensão (LAEMMERT, 1853, p. 345). Alguns colégios cobravam um valor específico pelo uso das “esferas terrestre e celeste”, das cartas geográficas, do piano e dos aparelhos ginásticos (LAEMMERT, 1874).

A lavagem e gomagem de roupa eram uma obrigação dos pais, que deviam, em dia e horário previamente determinados, enviar ao colégio as roupas limpas dos seus filhos e receber as usadas. A diretora do Colégio de Meninas Franco-Brasileiro comunicava aos pais ou responsáveis pelos pensionistas que os “[...] bondes de carga da companhia de S. Cristóvão, passando quatro vezes por dia à porta do estabelecimento [...]” (CARDOSO, 1876, p. 637), assim tornava-se fácil e pouco dispendiosa a remessa de roupa para o internato. No internato do Colégio da Imaculada Conceição ficava consignado que a lavagem de roupa ficava a cargo dos pais e que “[...] Todas as segundas-feiras das 8 às 11 ½ horas da manhã, e de tarde, de 1 às 5 horas (na terça-feira se a segunda for dia santo) mandarão trazer a roupa lavada e buscar a suja” (LAEMMERT, 1871, p. 435). A família que não podia atender a essa condição, principalmente as que residiam fora da cidade do Rio de Janeiro ou em outras províncias, encarregavam os estabelecimentos da lavagem de roupa pagando pelo serviço.

Os pensionistas que adoeciam eram cuidados no estabelecimento, se assim conviesse aos pais ou correspondentes, correndo por conta destes as despesas com o médico e a botica (medicamentos). O Colégio de S. Pedro de Alcântara anunciava que o tratamento e cuidados com o pensionista doente

estava a cargo dos diretores e de um enfermeiro e o tratamento se fazia com pontualidade e sob as indicações do médico do estabelecimento (LAEMMERT, 1864). Alguns internatos indicavam os nomes dos médicos que atendiam os pensionistas em caso de doença. Os internos do Colégio Vitório eram atendidos pelos médicos Gonçalves Fontes e Manuel de Valladão Pimentel – conselheiro, barão de Petrópolis (LAEMMERT, 1871); o Colégio Barbacenense oferecia gratuitamente os cuidados dos médicos Camilo Maria Ferreira Armond e José Rodrigues de Lima Duarte, e os pensionistas do Colégio Pinheiro eram atendidos pelo médico Francisco de Menezes Dias da Cruz (LAEMMERT, 1856).

Além de contarem com a assistência de médico, os grandes internatos anunciavam existir no estabelecimento, conforme recomendação médico-higiênica, uma enfermaria ou um espaço específico onde os pensionistas doentes eram tratados e isolados dos demais pensionistas (LAEMMERT, 1871). Os diretores de determinados colégios também divulgavam informações sobre enfermidades ou mortalidades ocorridas no internato. Quanto a isso, o diretor do Colégio Vitório anunciava que no período de 40 anos (1840-1880) só haviam falecido sete alunos internos dos medicados no colégio (SAUER, 1888).

As atividades complementares de ensino – denominadas nos anúncios e/ou prospectos de “belas-artes” ou “artes de recreio” – eram opcionais e pagas em separado. A Tabela 3 em sequência apresenta valores das “artes de recreio” e o estudo de línguas não compreendidas na pensão de internatos estabelecidos no Rio de Janeiro.

Tabela 3 - Valores das “artes de recreio” (belas-artes) e línguas não compreendidas no valor da pensão dos internatos (1870).

INTERNATOS	PREÇO MENSAL (RÉIS)				
INTERNATOS MASCULINOS	LÍNGUA (CADA)	DESENHO	MÚSICA OU DANÇA	GINÁSTICA	PIANO
Vitório	---	8\$000	10\$000	10\$000	---
Magalhães	10\$000	8\$000	10\$000	6\$000	10\$000

INTERNATOS	PREÇO MENSAL (RÉIS)				
INTERNATOS MASCULINOS	LÍNGUA (CADA)	DESENHO	MÚSICA OU DANÇA	GINÁSTICA	PIANO
S. Luiz	---	10\$000	10\$000	---	10\$000
Menezes Vieira	10\$000	10\$000	10\$000		---
S. Agostinho	8\$000	8\$000	8\$000	---	---
INTERNATOS FEMININOS	LÍNGUA (CADA)	PIANO	CANTO	DESENHO	DANÇA
Baronesa de Geslin	8\$000	10\$000	10\$000	8\$000	8\$000
Imaculada Conceição	7\$000	10\$000	7\$000	8\$000	---
Brasileiro	8\$000	10\$000	---	8\$000	8\$000
Franco-Brasileiro	8\$000	10\$000	8\$000	8\$000	8\$000
Botafogo	8\$000	---	10\$000	8\$000	8\$000

Fonte: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial, 1870.

Somando os valores cobrados por um internato da Corte Imperial – pensão, uma língua, uma arte de recreio, lavagem e goma de roupas, joia de entrada (sinal de admissão do estudante no internato) –, tomando como referência o ano de 1870, uma família teria que desembolsar um valor anual que podia variar de 756\$000 a 622\$000 réis para um pensionista do sexo masculino e de 512\$000 a 605\$000 réis para uma pensionista do sexo feminino. A esses valores ainda devem ser somados as despesas com o deslocamento para o Rio de Janeiro, o enxoval, o material escolar, eventuais gastos com o tratamento de enfermidades (atendimento médico e/ou medicamentos), as férias de Natal passadas no internato e outros gastos de natureza pessoal.

Para se ter uma noção do que representava o montante dos custos com internatos da Capital do Império, pode ser estabelecida uma comparação com salários auferidos pela categoria socioprofissional de professores de primeiras letras da instrução pública de províncias do Império e da Corte Imperial do Rio de Janeiro, como exemplificados na Tabela 4 em sequência.

Tabela 4 - Salário anual de professores de primeiras letras na Instrução Pública (1870).⁷

Nº	LOCALIDADE	VALOR REMUNERAÇÃO ANUAL – VENCIMENTO E GRATIFICAÇÃO (RÉIS)
01	Província do Mato Grosso	840\$000
02	Província de Minas Gerais	700\$000
03	Província do Paraná	800\$000
04	Rio de Janeiro (Capital do Império)	1.000\$000
05	Província do Rio de Janeiro	1.000\$000
06	Província de Sergipe	700\$000

Fonte: ANDRADE (2007); AMORIM (2012); CASTANHA (2018).

Comparando o custo médio anual necessário para manter um filho (756\$000 a 622\$000 réis) ou filha (512\$000 a 605\$000 réis) em um colégio-internato na capital do Império, com salários anuais auferidos por professores públicos de primeiras letras indicados no quadro anterior, constata-se que esses teriam que desembolsar mais da metade, ou quase toda sua renda anual para custear o internamento escolar de um filho ou filha. Sem considerar que ainda teriam que arcar com custos acessórios⁸ e o aumento do valor da pensão quando se tratasse de matrícula no ensino secundário. Deve ser levado em conta que salários auferidos pelos professores públicos de primeiras letras, durante o século XIX, eram considerados baixos e que esses viviam em condições modestas (AMORIM, 2012; ANDRADE, 2007; GONDRA, SHUELER, 2008). Portanto, essa comparação indica, ao menos, que categorias socioprofissionais que auferiam baixos salários, residentes na capital ou em outras localidades de províncias do Império – de onde eram egressos muitos dos pensionistas dos colégios da Corte –, não tinham condições financeiras de arcar com os custos do internamento escolar em colégios-internatos da Corte Imperial do Rio de Janeiro.

⁷ Considerando valores que estavam em vigor no ano de 1870, resultante da somatória do vencimento acrescido da gratificação.

⁸ Aquisição do enxoval, pagamento de valor para uso dos utensílios do estabelecimento (não contabilizado no valor da pensão anual), material escolar, eventuais gastos com o tratamento de enfermidades, as férias de Natal passadas no internato e outros gastos de natureza pessoal.

ENXOVAIS DE PENSIONISTAS DE COLÉGIOS-INTERNATOS

Para o ingresso e permanência dos seus filhos e filhas nos internatos, as famílias também deviam, seguindo as orientações do estabelecimento, preparar o enxoval, pagar um determinado valor para uso dos utensílios do estabelecimento e providenciar o material escolar. Alguns colégios publicavam em jornais e almanaques anúncios contendo a lista do enxoval exigido para os alunos internos. Outros confeccionavam prospectos e extratos do regulamento do estabelecimento para serem entregues aos interessados.

A exigência ou a necessidade de um enxoval também funcionou, a exemplo das mensalidades ou pensões, como um fator a dificultar o acesso de famílias de estratos médios da população aos internatos tradicionalmente ligados à educação dos filhos e filhas de ricas famílias do Império. A entrega do enxoval sempre era uma exigência dos internatos quando os pais optavam para que as roupas de seus filhos fossem lavadas e engomadas no colégio (LAEMMERT, 1869). A senhora Tootal, diretora de um “Colégio de Meninas”, avisava aos pais de família que se desejassem ter a roupa de suas filhas lavadas e engomadas no colégio deveriam entregar um enxoval completo conforme a lista apresentada. No Quadro 1 adiante, são expostas listas de enxoval de um internato masculino e outro feminino, tal como aparecem nos respectivos anúncios.

Quadro 1 - Listas de enxovais de internatos masculino e feminino.

ENXOVAL MASCULINO	ENXOVAL FEMININO
1 sobrecasaca ou jaqueta de pano de lã ou casimira preta (conforme a idade) 1 par de calças pretas 2 pares de calças brancas 1 colete preto 2 coletes brancos 6 pares de calças de brim pardo 6 jaquetas de brim pardo	6 lençóis 6 fronhas 1 cobertor de lã 1 colcha branca 6 toalhas 6 camisolas de dormir 12 camisas 12 pares de meias

ENXOVAL MASCULINO	ENXOVAL FEMININO
6 pares de ceroulas 12 camisas brancas 4 camisas de chita de dormir 12 pares de meia 8 ceroulas para banho 12 lenços para mão 4 fronhas 8 lençóis para cama 3 calças de chita 1 cobertor de lã encarnado 6 toalhas de rosto 4 toalhas para banho 4 guardanapos 2 gravatas de seda preta 1 chapéu ou boné (conforme a idade) 1 par de botinas 2 sacos para roupa suja 2 pares de sapatos abotinados 1 caixinha de folha com chave, contendo: escovas de fato, cabeça e dentes, tesoura de unha, pente de alisar e para bichos.	12 pares de calças 8 saias 8 vestidos de todos os dias 12 lenços de mão 1 vestido de cassa branca 1 vestido de seda preta 1 capote de lã 1 chapéu de sol sapatos botinas 1 pente grosso e 1 fino 1 escova para cabelo 1 escova para limpar pentes 1 escova para dentes 1 escova para unhas 1 esponja 1 lata para guardar a roupa 1 caixinha de costura com pertences 1 bacia de folha para banho

Fonte: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial, 1868 e 1872.

Nas listas de enxovais do quadro anterior observa-se que o enxoval de um pensionista de colégio, masculino e feminino, era basicamente composto por vestimentas, calçados e itens para os cuidados com a higiene ou asseio (toalha de banho, escova de dentes, bacia para banho, pentes) e determinados adereços da época, como luvas, chapéus, lenços. O pente fino, ou pente “para bichos” denota a preocupação com os cuidados para eliminar o aparecimento de piolhos. Como ressalta a historiadora Ana Maria Mauad (2008), o pente fino era de uso comum entre todos os grupos sociais, pois o “O piolho era uma verdadeira praga doméstica, tanto que em 1854, o Jornal das Senhoras, voltado para as mulheres da elite, ensinava uma receita para ‘destruir os bichos da cabeça’ [...]” (p. 162).

Igualmente, o enxoval além de indicar a circulação de práticas higiênicas, apresentam itens relacionados com os usos e costumes distintivos

das elites. Deste modo, figura em enxovais para pensionistas de colégios uma caixinha com chave para guardar os pertences de uso pessoal para meninos e moços. Esses pertences eram escovas de fato (para roupa), cabeça e dentes, tesoura de unha, pente de alisar e para bichos (pente fino) (HARING, 1868). Para as meninas ou moças certos colégios exigiam como item do enxoval uma “caixinha de costura com pertences” para uso nos trabalhos manuais de corte e costura, bordados etc. (HARING, 1868, p. 431). A diretora do Colégio Brasileiro de meninas também exigia, apontando como justificativa a necessidade de uniformidade e asseio no refeitório, que cada aluna trouxesse como item do enxoval um talher completo da marca *Chrystoffle*, conforme o modelo existente no colégio (CARDOSO, 1876). E, na lista do enxoval do Colégio de Meninas de Mrs. Elisa Van-Nyvel era solicitado uma bacia de folha para banho ou banheira (HARING, 1861). No Colégio Brasileiro e no da Madame Tootal aparece uma lata para guardar roupa limpa e no Colégio Santa Cândida um baú com chave (HARING, 1869).

De maneira geral, os itens constantemente presentes nas listas de enxovais dos internatos masculinos e femininos podem ser divididos e classificados em vestimentas e acessórios, roupas e utensílios de cama, mesa e banho e utensílios diversos. Com as diferenças de quantidade e qualidade de itens exigidos, tipos e cores de tecidos e modelos das roupas de vestir e de cama, além de acessórios, os enxovais dos internatos masculinos e femininos, costumeiramente, apresentavam os itens constantes do Quadro 2 seguinte.

Quadro 2 - Itens de listas de enxovais de internatos (1853-1879).

INTERNATOS MASCULINOS		
VESTIMENTAS E ACESSÓRIOS	CAMA, MESA E BANHO	UTENSÍLIOS
Paletós, camisas, camisas para dormir, calças, sobrecasacas, jaquetas, coletes, gravata, lenços para pescoço, suspensórios,	Lençóis, fronhas, colchas, toalhas de rosto, toalhas de banho, cobertores, guardanapos	Escova de fato, de unhas, de dentes, de sapatos, pentes fino e grosso, pentes de limpar “para bichos”, tesoura

meias, lenços de algibeira, bonés, chapéu, sapatos envernizados, sapatos abotinados, chinelos, lenços, ceroulas, ceroulas para banho, lenços para mão		de unhas, espelho, saco para roupa suja, caixinha de folha com chave para guardar pertences
INTERNATOS FEMININOS		
VESTIMENTAS E ACESSÓRIOS	CAMA, MESA E BANHO	UTENSÍLIOS
Vestidos de saída, vestidos para uso no colégio, saias, camisas, calças, lenços de mão, meias, capote, chapéu, chapéu de sol, calçados	Lençóis, fronhas, colchas, toalhas de rosto, toalhas de banho, cobertores, guardanapos, camisolas para dormir e para banho, talher	Bacia de folha para banho, escova de fato, de unhas, de dentes, de sapatos, pentes fino e grosso, pentes de limpar, esponja, tesoura de unhas, espelho, saco para roupa suja, caixinha de folha com chave para guardar pertences, caixa de pertences para costurar, caixa de folha para roupa limpa, caixinha com objetos de toalete

Fonte: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial, 1853 a 1879.

Das listas dos enxovais femininos e masculinos, destacam-se especificações e detalhes de cor, tipo de tecido e modelos das vestimentas resultantes da europeização dos costumes da sociedade brasileira do século XIX. De fato, como recorda Gilberto Amado (1999): “Uma família abastada distinguia-se pela espessura do tecido que usava. Quanto mais hirto, grosso e crespo o gorgorão, melhor a família” (p. 28). As cores escuras das vestimentas predominavam na indicação dos trajes de “saída” dos meninos e moços, a exemplo das sobrecasacas, calças, cartolas e botinas pretas, que, como ressalta Gilberto Freyre, fizeram do vestuário, durante o Império, “[...] quase um luto fechado. Esse período de europeização da nossa paisagem pelo preto e pelo cinzento – cores civilizadas, urbanas, burguesas, em oposição às rústicas, às orientais, às africanas, às plebeias [...]” (FREYRE, 2003, p. 433). Contudo, o médico João da Matta Machado recomendava que o vestuário dos pensionistas deveria satisfazer as exigências do clima, ainda que em detrimento da elegância

das formas. Entretanto, lamentava não ser isso que ocorresse na prática: “[...] as *modas de Paris*, invadindo todo o mundo, obrigam os habitantes da zona tórrida a trazer calças apertadas, sobrecasacas abotoadas, coletes fechados, etc., etc. [...] O belo sexo dos países quentes é o que mais sofre [...]” (MACHADO, 1875, p. 41).

Em certos colégios, os uniformes ou fardamentos deviam seguir o figurino existente no alfaiate indicado pelo estabelecimento. A utilização da farda proporcionava uniformidade, contribuindo para o controle disciplinar dos internos. Nos internatos masculinos eram trajes de homem que meninos e moços eram obrigados a usar. Geralmente, o uniforme era a jaqueta e boné para os meninos menores de 14 anos, e para os rapazes, o paletó ou sobrecasaca e chapéu. Os meninos do Colégio Kopke, em Petrópolis, apresentavam-se nas aulas e nas saídas do colégio usando jaqueta de pano verde-escuro com botões amarelos, calças de pano azul-ferrete, bonés do mesmo tecido e cor, colete de casimira amarela esvaída, lenço preto no pescoço (LAEMMERT, 1853). E no Colégio Perseverança, exigia-se uma sobrecasaca ou jaqueta de pano ou casimira preta, um chapéu ou boné, um par de calças pretas, dois de calças brancas, um colete preto e dois brancos, duas gravatas de seda preta e um par de botinas. Nos dias de festas e para sair à rua o traje a ser usado eram sobrecasaca e calças pretas, e nas aulas o paletó preto e calças brancas (HARING, 1869). O escritor Gilberto Amado recorda com admiração como, ainda nas primeiras décadas do século XX, essas vestimentas eram usadas no Brasil, desafiando as condições climáticas do país: “[...] vi no Rio Quintino Bocaiúva à porta do Watson, à esquina da rua do Ouvidor, de sobrecasaca de fazenda pesada e luvas [...]” (AMADO, 1999, p. 28).

Já nas listas dos enxovais femininos destacam-se, entre outros aspectos, os artigos de toalete e pertences para os trabalhos manuais e especificações sobre o modelo e cores dos vestidos, tipos de vestimentas usadas para sair e as de uso doméstico. Era comum a proibição de vestidos com babados para uso diário e doméstico, mas os vestidos de saída ficavam quase sempre a critério dos

pais (LAEMMERT, 1862). As exigências ou recomendações dos internatos femininos sobre os trajes adequados também podem ser encontradas nos conselhos contidos nos manuais de etiquetas que circulavam na época: “Tem como regra geral, minha filha, que o penteado, o calçado, os vestidos simples e modestos, tudo bem feito, asseado, e bem composto; poucas cores vivas [...]” (ROQUETTE, 1875, p. 296). Em alguns internatos, por questão de uniformidade, as meninas deviam trajar todas as vestimentas seguindo os modelos disponibilizados pelo estabelecimento. As pensionistas do Colégio Brasileiro eram obrigadas a trajar, para sair à rua, vestido branco ou preto, cinto de fita de seda amarela e chapéu de palha de Itália (forma marinheiro), com fitas amarelas, e, no internato, durante o verão, vestido branco inteiramente liso e avental de alpaca preta, debruado de trança de lã encarnada e, no inverno, vestido de alpaca cinzenta e avental preto, como no verão (CARDOSO, 1876).

O vestuário dos pensionistas também passou pelo crivo dos médicos. Segundo eles, era “defeituosa” a maneira de trajar dos meninos e meninas, e isto resultava da utilização de vestimentas da “moda” em descompasso com o clima do Brasil e com as prescrições higiênicas (COUTINHO, 1857). Para os médicos, a moda ou os “caprichos loucos da França” não deveriam ter lugar nos colégios, a exemplo das roupas apertadas e do uso do espartilho ou coletes pelas meninas antes de alcançarem a puberdade (COLLET, 1883). De igual modo, J. I. Roquette, no seu *Código de bom tom ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX*, no capítulo dedicado à *Eugenia*, aconselhava as mulheres a não cederem aos caprichos da moda e tomassem cuidado com o uso dos coletes devido aos graves inconvenientes causados à saúde (ROQUETTE, 1875). Todavia, em contrariedade às recomendações médico-higiênicas, lojas de vestimentas na Corte (REVISTA DE..., 1874, p. 83) e nas províncias (NOVIDADES DE..., 1873) anunciavam um completo sortimento de roupas finas recebidas diretamente das principais e mais acreditadas fábricas de Paris e Londres. De igual modo, lojas e fábricas de coletes anunciavam ao público feminino variados modelos com todas as informações sobre o seu uso, tamanhos, ajustes e as qualidades ou utilidades das peças (CARDOSO, 1877). O

médico José Bonifácio de Andrada Júnior condenava que [...] *uma menina de colégio* (grifo nosso), que bem poucas vezes conta de 13 a 14 anos, vá destruir, de encontro uma parede de aço, por exemplo, o engraçado das formas que apenas se caracterizaram, é ao que não podemos subscrever calando-nos [...]” (ANDRADA JR., 1855, p. 19).

As roupas do enxoval deviam ser entregues bordadas com os monogramas do nome do aluno ou aluna. Como alguns colégios ficavam localizados em chácaras nos arrabaldes da cidade do Rio de Janeiro, os diretores indicavam um ponto comercial na Corte onde os objetos deveriam ser entregues para, posteriormente, ser remetidos ao estabelecimento: “Os baús e mais objetos dos alunos que tiverem de matricular-se nas aulas do colégio, poderão ser depositados na Corte, à rua do Rosário n. 48, aonde irá frequentemente condução do próprio colégio” (CARDOSO, 1877, p. 636).

Nas lojas de vestimentas femininas ou masculinas, na Corte Imperial ou nas províncias de onde eram egressos muitos dos pensionistas dos colégios da Corte, as famílias podiam adquirir os enxovais requisitados pelos internatos. No centro comercial do Rio de Janeiro, existiam lojas que anunciavam possuir um completo sortimento de roupas importadas de Londres e de Paris. Na Província de Sergipe, a “Loja de Variedades de José Joaquim Telles de Menezes” estabelecida na capital Aracaju, oferecia um grande sortimento de objetos importados da França, como chapéus, espartilhos, jaconas, tecidos, enfeites, botinas, camisas, ceroulas, bonés, gravatas, entre outros. (NOVIDADES DE Paris., 1873). Esses estabelecimentos comerciais informavam aos pais de famílias e aos diretores de colégios que possuíam “Enxovais completos próprios para meninos de colégios [...] para o qual chama a atenção dos Srs. pais de famílias e diretores de colégios, pela vantagem de encontrarem tudo pronto e muito mais em conta” (REVISTA DE ..., 1874, p. 82).

Fugindo à regra da exigência de uma lista completa de itens do enxoval, alguns estabelecimentos apenas indicavam que o aluno pensionista deveria trazer para o internato a roupa de vestir e de cama necessária para três mudas

por semana e demais utensílios para o mesmo período (HARING, 1869). Existiam também os internatos que deixavam a critério da família a composição do enxoval, apenas citando os itens de forma genérica: “Camisas, lenços, vestidos, meias, calçado, etc., ao arbítrio de seus pais” (HARING, 1869, p. 463), ou: “Enxoval, quanto baste, sem quantidade fixa. Deve haver uma fatiota (*roupa*) preta, e no menos andainas (*roupa completa*) de brim escuro” (CARDOSO, 1876, p. 625). Em 1876, a diretora do Colégio Brasileiro, Maria de Oliveira Fernandes, não especificava a composição do enxoval, pois acreditava no gosto de cada pai em que sua filha se apresente sempre decentemente vestida, entretanto, advertia que “[...] no caso de falta, nesse sentido, reclamará o que julgar necessário, e se não for prontamente atendida, comprara os objetos de que carecer a aluna, em cuja conta serão lançadas essas despesas (CARDOSO, 1876, p. 625).

Havia, ainda, estabelecimentos que forneciam, por conta dos pais ou responsáveis, havendo recebido ordem para isso, todo o enxoval de que o aluno necessitasse. Por questão de distância, provavelmente muitos pais que não residiam no Rio de Janeiro encarregavam os correspondentes ou o próprio estabelecimento de manter em ordem ou completar de acordo com a necessidade o enxoval de seus filhos e filhas, acertando as despesas juntamente com o pagamento das pensões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação dispensada nos internatos constituía-se em privilégio de classes ou de posições sociais de famílias ricas, segmentos que podiam fazer face aos dispêndios do internato. O investimento financeiro ou de qualquer outra espécie para colocar um filho ou filha no internato estava na relação da eficácia de reprodução ou da importância do capital cultural institucionalizado (BOURDIEU, 1998) transmitido nesses estabelecimentos em relação ao capital econômico das famílias.

As famílias serviam-se dos internatos como uma estratégia de reprodução educativa, movidas por “[...] uma tendência a perpetuar seu ser social, com todos os poderes e privilégios [...]” (BOURDIEU, 1996, p. 35). O internato quase sempre servia a esse interesse, pois era um espaço de distinção social, ou diferenciação social, pela formação de disposições ou de *habitus*, entendido como “[...] princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens e de práticas” (BOURDIEU, 1996, p. 21). O enxoval exigido pelos internatos evidenciava o *status* do colégio e os segmentos sociais atendidos por este. Os internatos que costumeiramente recebiam os filhos e filhas das famílias abastadas tendiam a exigir um completo e sofisticado enxoval, com uma relação de itens ligados ao uso dessas famílias.

A maior diferença entre o valor das pensões entre internatos masculinos e femininos era basicamente o ensino secundário ou as matérias preparatórias para as faculdades, oferecidas somente nos primeiros e, neste caso, elevando o valor da pensão. Igualmente, observa-se que a diferença entre um aluno pensionista e meio-pensionista, em alguns colégios, podia ser quase cinco vezes maior do que o valor daquele em relação a este. Influenciavam nos valores das pensões cobradas pelos internatos o reconhecimento social do estabelecimento, resultante do bom desempenho escolar de seus alunos, a boa fama do diretor e professores, e as próprias condições específicas do internato (localização e espaço do estabelecimento, aposentos, alimentação e atividades extras disponibilizadas).

Assim, contabilizados todos os custos exigidos para o ingresso e estada em um internato, principalmente o valor da pensão e a exigência do enxoval, a utilização deste se tornava proibitiva para a grande maioria da população e no mínimo difícil para estratos médios que poderiam almejar investir na instrução de seus filhos como uma possibilidade de ascensão social.

REFERÊNCIAS

AGASSIZ, Luis; AGASSIZ, Elisabeth Cary (tradução e notas de Edgar Sussekind de Mendonça). **Viagem ao Brasil – 1865-1866**. Brasília: Senado Federal, 2000.

AMADO, Gilberto. **História da minha infância**. São Cristóvão: UFS, 1999.

AMORIM, Simone Silveira. **Configuração do trabalho docente e a instrução primária em Sergipe no século XIX (1827-1880)**. 2012. 239 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe. 2012.

ANDRADA JR., José Bonifácio Caldeira de. **Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos**. Regras principais tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1855.

ANDRADE, Renata Fernandes Maia de. **Organização da instrução na Província de Minas Gerais**. Da legislação aos relatórios dos presidentes (1850-1889). 2007. 234 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais. 2007.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

CARDOSO, José Antonio dos Santos. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro** inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1876. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 33º ano, 1876, p. 625, 632, 637.

CARDOSO, José Antonio dos Santos. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro** inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1876. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 33º ano, 1877, p. 636, 948.

CARDOSO, José Antonio dos Santos. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro** inclusive a cidade de

Santos, da província de S. Paulo para o ano de 1880. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 37º ano, 1880, p. 622.

CASTANHA, André Paulo. **O trabalho dos professores no Brasil do século XIX: uma leitura comparativa.** Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/A/Andre%20Paulo%20Castanha.pdf. Acesso: em 10 jan. 2018.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares. 'Vícios execráveis': campanha médica de combate à masturbação e à homossexualidade entre os pensionistas de colégios-internatos (1845-1927). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, PR, v. 15, n. 2 (38), p. 111-132, maio/ago. 2015.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares. Colégios-internatos nas páginas do Almanak Laemmert (1845 a 1889). **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n. 31.1, p. 1-19, 2013.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares. **Internar para educar.** Colégios-internatos no Brasil (1840-1950). 2012. 322 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Bahia. 2012.

CORBIN, Alan. Bastidores. O segredo do indivíduo. In: PERROT, Michelle. **História da Vida Privada.** Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

COUTINHO, Candido Teixeira de Azeredo. **Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos.** Regras principais tendentes à conservação da saúde, e do desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1857.

FERRAZ, Luiz Pedreira de Couto. **Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.** Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1855.

FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentado em 11 de abril de 1872. Apêndice: Ofícios das Delegacias em resposta a Circular de 8 de janeiro de 1872 da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. (Anexo). In: OLIVEIRA, João Alfredo Correia de. **Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. São Paulo: Global, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2003.

GOMES, Antonio Francisco. **Influência da educação física do homem**. Rio de Janeiro: Typographia Dous de Dezembro, 1852.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

HARING, Carlos Guilherme. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro** para o ano de 1861. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 18º ano, 1861, p. 427.

HARING, Carlos Guilherme. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro** para o ano de 1868. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 25º ano, 1868, p. 431, 436.

HARING, Carlos Guilherme. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro** para o ano de 1869. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 26º ano, 1869, p. 445, 449, 460, 463.

LAEMMERT, Eduardo. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro** para o ano de 1852. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 1852, p. 338.

LAEMMERT, Eduardo. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro** para o ano de 1853. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 10º ano, 1853, p. 345.

LAEMMERT, Eduardo. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro** para o ano de 1856. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 13º ano, 1856, p. 403.

LAEMMERT, Eduardo. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro** para o ano de 1862. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 19º ano, 1862, p. 439.

LAEMMERT, Eduardo. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial**

da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1864. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 21º ano, 1864, p. 451.

LAEMMERT, Eduardo. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro** para o ano de 1871. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 28º ano, 1871, p. 420, 421, 425, 434, 435.

LAEMMERT, Eduardo. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte da Capital da Província do Rio de Janeiro** com os Municípios de Campos e de Santos para o ano de 1872. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 29º ano, 1872, p. 420, 436.

LAEMMERT, Eduardo. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Capital da Província do Rio de Janeiro** inclusive alguns municípios da província e a cidade de Santos para o ano de 1874. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 31º ano, 1874, p. 587.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

LIMEIRA, Aline de Moraes. **O comércio da instrução no século XIX: colégios particulares, propagandas e subvenções públicas**. 2010. 282 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MACEDO, João da Matta. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. Brasília: Senado Federal, 2005.

MACHADO, João da Matta. **Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde**. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875, p. 41.

MAUAD, Ana Maria. A vida de crianças de elite durante o Império. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentado em 18 de abril de 1874. (Anexo). In: OLIVEIRA, João Alfredo Correia de. **Relatório apresentado a Assembleia Geral pelo Ministro Secretário dos Negócios do Império**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

MELLO, Joaquim Pedro de. **Generalidades acerca da educação física dos**

meninos. Rio de Janeiro: Typographia de Teixeira e Comp., 1846.

NOVIDADES DE PARIS. **Jornal do Aracaju**, p. 4, 18 jan. 1873.

PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: PERROT, Michelle. **História da vida privada.** Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 147.

POMPÉIA, Raul. **O Ateneu** [1888]. São Paulo: Ática, 2001.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História.** Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

REVISTA DE NOTABILIDADES PROFISSIONAES COMMERCIAES E INDUSTRIAES DA CORTE DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Livraria Universal de E. & H. Laemmert, 1874, p. 82.

ROCHA, Justiniano José da. Exposição sobre o estado das aulas públicas de instrução secundária, e dos colégios e escolas particulares da Capital do Império, 5 de abril de 1851. (Anexo). In: CARVALHO, José da Costa (Visconde de Monte Alegre). **Relatório apresentado à Assembleia Geral pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851.

ROQUETTE, José Ignácio. **Código de bom tom ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX.** Paris: V^a J. P. AILLAUD, GUILLARD E C livreiros de suas majestades o Imperador do Brasil e El-Rei de Portugal, 1875.

SÁ, José Marques de. **Higiene da pele no Rio de Janeiro:** vestuário e banhos. Estudo especial dos banhos em relação a esta cidade: quais os hábitos e costumes da população? Qual a sua influência sobre a saúde pública? Que direção se lhes deve dar? Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1850.

SAUER, Arthur. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Imperio do Brasil para 1884.** Rio de Janeiro: Typographia H. Laemmert & C., 41^o ano, 1884, p. 1260.


SAUER, Arthur. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Imperio do Brasil para 1886.** Rio de Janeiro: Typographia H. Laemmert & C., 42^o ano, 1886, p. 528.

SAUER, Arthur. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brasil para 1888.** Rio de Janeiro: Typographia H. Laemmert & C., 45^o ano, 1888, p. 614.

THOMPSON, Edward Palmer. A formação da classe operária na Inglaterra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JOAQUIM TAVARES DA CONCEIÇÃO é Doutor em História (UFBA), Mestre em Educação (UFS), professor efetivo da UFS (Colégio de Aplicação e Programa de Pós-Graduação em Educação e Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (Gephed/Cnpq/UFS) e coordenador do Centro de Pesquisa Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS (Cemdap).

E-mail: joaquimcodapufs@gmail.com

 <http://orcid.org/0000-0002-8826-8137>

Recebido em: 12 de março de 2018

Aprovado em: 06 de maio de 2019



Revista História da Educação - RHE
Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação - Asphe
Artigo de acesso aberto distribuído nos termos de licença Creative Commons.